

As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais e suas expressões na política de assistência social do município de Londrina

Social welfare actions promoted by pentecostal churches and their expressions in the social services policy in the city of Londrina

Claudia Neves da Silva¹; Selma Frossard Costa²

Resumo

Ao longo dos últimos 30 anos, observamos mudanças significativas no campo religioso protestante, como a “pentecostalização” dos grupos históricos protestantes, a ampliação da presença na arena política e, o que nos interessa desenvolver nesse artigo, as mudanças no comportamento das igrejas evangélicas pentecostais em face dos dos problemas sociais que se apresentam no cotidiano da realidade do município de Londrina e do Brasil. Isso tem levado pastores e fiéis a adotarem ações que vão além de uma resposta na esfera espiritual a situações como fome, desemprego, uso e dependência de entorpecentes químicos. Mas, qual a motivação dessas igrejas em estarem voltando-se para a área sócio-assistencial? Quais as conseqüências de suas ações para a política de assistência social? Questões que pretendemos abordar, suscitando novas indagações.

Palavras-chave: Religião. Igreja Pentecostal. Assistência Social. Gestão.

Abstract

Over the last thirty years, significant changes in the Protestant religious field have been observed, such as the *pentecostalizacao* (pentecostalization) of Protestant historical groups, its expansion in the political arena, and, the focus of this article, the behavioral changes in the Pentecostal evangelical churches in face of social problems present in the everyday reality of the city of Londrina – as well as in Brazil. This has led ministers and the faithful to adopt actions that go beyond the spiritual sphere, addressing situations like hunger, unemployment, drug use and addiction. But, what motivates these churches to work with the social welfare work area? What are the consequences of these actions for the social welfare work policy? These are the questions we intend to deal with, raising new inquiries.

Key words: Religion. Pentecostal Church Social Services. Management.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em História Social pela Universidade Estadual Paulista/Assis. Atualmente cursando Doutorado em História Social pela Universidade Estadual Paulista/Assis. Endereço: Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Campus Universitário. Caixa Postal: 6001 Cep: 86.051.990. Tel. 3371-4245 E-mail: claudianeves@sercomtel.com.br.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Endereço: Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Campus Universitário. Caixa Postal: 6001 Cep: 86.051.990 Tel. 3371-4245. E-mail: selmafro@sercomtel.com.br.

A cada ano, verificamos que as igrejas pentecostais ganham maior visibilidade social e diversificam suas ações e, por consequência, têm ocasionado mudanças no campo religioso brasileiro, mais particularmente no sub-campo protestante. Esse fato tem tido repercussões em todos os setores da sociedade, como a “pentecostalização” dos grupos históricos protestantes, a ampliação da presença na esfera pública (tanto na arena política, como nos meios de comunicação de massa) e, o que nos interessa desenvolver neste artigo, as mudanças no comportamento das igrejas pentecostais em face dos problemas sociais que se apresentam no cotidiano de homens e mulheres. Com isso, os pastores e fiéis têm sido levados a adotar ações que vão além de uma resposta na esfera espiritual ou de ações com ênfase em iniciativas individuais em situações como fome, desemprego, uso e dependência de entorpecentes químicos.

Mas, esse maior envolvimento com os problemas sociais não vêm de longa data, ao menos em Londrina. Se utilizarmos como parâmetro de comparação o orçamento da Prefeitura do Município de Londrina entre os anos de 1970 a 1989, verificamos que não existiam instituições assistenciais de confissão evangélica pentecostal contempladas com recursos municipais, mas apenas instituições de confissão católica e protestantes histórica.

Somente a partir do ano de 1981 surgiram instituições assistenciais dessa natureza contempladas com recurso público municipal. Registrou-se um aumento destas nos anos subsequentes. São instituições voltadas para o atendimento a crianças, famílias em situação de extrema pobreza e dependentes químicos. Diante dessa verificação, uma dúvida nos persegue: qual a motivação das igrejas evangélicas pentecostais, ao voltarem-se para a área sócio-assistencial? Quais as consequências de suas ações para a política de assistência social do município?

A partir desses questionamentos, propusemo-nos a realizar uma investigação com o objetivo de

compreender as motivações das igrejas pentecostais em promover ações na área da assistência social no município de Londrina, e os efeitos destas ações na política de assistência social, realizando para tanto, entrevistas com diretores de instituições sócio-assistenciais de confissão evangélica e pastores destas denominações.

A busca de novas respostas para antigos problemas

O crescimento dos movimentos religiosos de inspiração pentecostal na América Latina, principalmente a partir da década de 1970, coincide, no Brasil, com o crescimento da Teologia da Libertação - de inspiração católica, mas que se irradiou para algumas igrejas protestantes históricas - com o recrudescimento da ditadura militar e o fim do “milagre econômico”. Trata-se de fatos religiosos, econômicos e político que, aparentemente, não estão relacionados, mas na realidade, estão intimamente imbricados, e interferem diretamente na vida individual e coletiva da sociedade brasileira.

Utilizando-nos da análise de Oliveira (1981), salientamos que os anos de 1970 foram um período marcado pelo crescimento das desigualdades sociais decorrentes do chamado milagre econômico e da modernização autoritária. É importante citar que o “milagre econômico” brasileiro não ocorreu por “obra divina”, mas a partir de ações na área econômica, que assentaram as bases materiais para assegurar a supremacia da burguesia industrial e financeira. No entanto, o excelente desempenho da economia não se estendeu para toda a população brasileira, haja vista os baixos salários, o desemprego, a impossibilidade de acesso a bens e serviços sociais, como educação, saúde, habitação, transporte coletivo eficiente.

Diante desse contexto sócio-econômico específico, aprofundaram-se as mudanças internas no campo religioso, e, entre essas mudanças, encontra-se o fato de as instituições religiosas, de diferentes denominações, manifestarem-se em busca

de soluções para enfrentar ou minorar os problemas que exigiam grandes sacrifícios à população e, portanto, aos seus fiéis. E foram à procura de respostas.

Por um lado, a Igreja Católica respondeu por meio de uma teologia que questionava as estruturas econômicas, sociais e políticas brasileira, a chamada Teologia da Libertação, cujos autores exigiam mudanças na direção política e econômica para combater as desigualdades sociais. Como consequência, surgiram e se fortaleceram as comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais que difundiram a expressão e a celebração da fé e da esperança ligadas a uma prática política.

Essas se consolidaram por todo o Brasil ao longo da década de 1970, graças aos incentivos de padres, leigos e religiosas das paróquias localizadas nos bairros de periferia dos grandes centros. Sua principal característica consistia em discutir os problemas sociais, valendo-se da leitura do Evangelho, e exigindo do poder público respostas às questões do cotidiano dos cidadãos.

Por outro lado, as igrejas pentecostais se voltaram para o apelo à oração, dando maior centralidade ao emocional e menos ao conteúdo teológico, atingindo aspectos subjetivos e psicológicos de homens e mulheres dos grupos sociais mais empobrecidos e com dificuldades de superar os problemas cotidianos. Com isso, essas igrejas adquiriam maior visibilidade social, seus cultos eram simples e desprovidos de complexo ritual, como a missa católica. Também não havia uma hierarquia entre religiosos e fiéis, já que os pastores, de modo geral, provinham do mesmo grupo social de seus fiéis.

É importante salientar que as igrejas trazem em seu interior um caráter peculiar comum, a mediação entre o homem e o sagrado e a segurança garantida pelo controle das ações e das pulsões, paixões e explosões emocionais. Trata-se de realidade sagrada que está acima da realidade cotidiana e somente poderá ser alcançada por meio das manifestações religiosas individuais ou coletivas, tendo por controladora e orientadora a religião (BERGER, 1985).

Mas não podemos deixar de salientar um outro fator importante das manifestações religiosas, o qual constitui outra forma de controle social, qual seja, a promoção e liberação das emoções: a igreja torna-se o local onde é permitido e legítimo expor as emoções na maioria das vezes reprimidas no dia-a-dia. A igreja torna-se o espaço (físico e institucional) na qual os indivíduos podem expressar suas angústias, seus sentimentos de medo e de raiva, de impotência e passividade diante das dificuldades emocionais, financeiras, de saúde, expurgando todo o mal, isto é, o “maligno”. Alguém ouvirá seus gritos e clamores, seja o pastor ou Jesus Cristo.

Uma segunda resposta foram as práticas assistenciais e a criação de instituições com este fim, principalmente voltadas para criança e adolescentes, pessoas em situação de extrema pobreza e usuários de entorpecentes químicos. Chamou-nos a atenção o fato que essas ações passaram a ganhar visibilidade após a publicação de um documento no qual as igrejas evangélicas deveriam se comprometer com as questões sociais que se apresentavam na realidade daquele momento: o denominado Pacto de Lausanne.

Com a declaração deste Pacto, fruto do Congresso Internacional de Evangelização Mundial, que, em 1974, reuniu na Suíça 2700 líderes de igrejas evangélicas, deu-se grande ênfase para a necessidade de evangelização das sociedades não-cristãs, e foi lembrada, não obstante, a importância de uma maior atenção à área social:

Afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão. Pois ambos são necessárias expressões de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem, de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo. A mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação, e não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam.

Todavia, não significou tal Pacto o incentivo para o envolvimento com questões políticas. Postulamos que a intenção era o incentivo a atividades junto

àqueles que estivessem em situação de pobreza e que não tivessem acesso aos bens e serviços da comunidade, já que, ao longo do documento, não se observa qualquer alusão aos problemas econômicos ou político das sociedades latino-americana ou européia.

Reforçamos tal afirmação com o fato de que, em 1989, ter ocorrido o II Congresso, na qual se organizou o movimento internacional denominado AD2000, cujo objetivo principal foi *mobilizar a Igreja de Jesus Cristo em sua tarefa de levar o Evangelho para todas as pessoas e plantar igrejas em todo o mundo*. No Brasil, sua principal tarefa é *estimular, motivar e criar redes de trabalho junto aos mais variados segmentos da Igreja Evangélica*. Pouco se discutem, os problemas sociais e políticos, mas a evangelização de crianças e adolescentes, homens e mulheres.

Verificamos que algumas igrejas pentecostais aderiram tanto ao Pacto de Lausanne como ao movimento internacional AD2000, viabilizando projetos de evangelização em diferentes regiões, cidades e bairros. Citamos, como exemplo, a Igreja Assembléia de Deus, que, em documento disponibilizado na internet, declara a necessidade de evangelizar os povos que vivem do Oeste da África até o Leste da Ásia, a chamada “Janela 10/40” (10 a 40 graus ao norte da linha do Equador), porque estes devem ter *uma experiência com a verdade do Salvador Jesus Cristo*. O documento apresenta 7 razões pelos quais os cristãos devem deter-se na “Janela 10/40”, entre as quais se encontra esta:

[A] Enorme quantidade de pobres que ali vivem. São os “pobres dos pobres”, oito de cada dez, com orçamento inferior a 500 dólares por ano, por pessoa. Ainda que 2,4 bilhões de pessoas nestas condições vivam na “Janela 10/40”, somente 8% dos missionários trabalham entre eles. Bryant Myers [...] responde ‘os pobres são os perdidos e os perdidos os pobres’. Ele chegou a esta conclusão após demonstrar que a maioria dos não-alcançados vive nos países mais pobres do mundo.

Acreditamos que uma possível forma de concretizar a evangelização é a criação de instituições assistenciais e campanhas de solidariedade, pois,

conforme a avaliação de um pastor, Jesus Cristo pregou sua mensagem, e também deu de comer a quem tinha fome, indo portanto, além da oração: *Jesus, quando teve seus discípulos, ele tanto atendia na parte emotiva, espiritual, assistencial também, quanto a comida. Tanto que por 2 vezes, ele multiplicou o pão e o peixe para dar para a seus discípulos* (M).

Em uma publicação oficial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, (FUNDAÇÃO REVIVER REFÚGIO, 1999) também encontramos essa mesma idéia, isto é, as práticas assistenciais teriam por objetivo divulgar a Palavra de Deus entre aqueles com pouco acesso à mensagem de Jesus Cristo, e possibilitariam mudanças em sua vida por meio da fé: *junto com o alimento material também é oferecido o espiritual a essas almas sedentas, pois pregamos a Jesus, nosso Senhor e Salvador e muitos, ao ouvir o Evangelho de Cristo, têm a possibilidade de reconstruir suas vidas destroçadas*.

Além de buscar incentivar a solidariedade e a conseqüente minimização do sofrimento humano, acreditamos que essas iniciativas também têm por objetivo desenvolver atividades que lhes garantam respeito e maior aceitação na sociedade brasileira, como ocorre com a Igreja Católica e as Protestantes históricas. Além disso, busca-se divulgar sua doutrina teológica entre os diferentes estratos sociais, garantindo sua penetração em toda a comunidade. Sustentamos tal afirmação a partir de entrevistas realizadas com uma pastora e um pastor-diretor de instituição assistencial:

Eu penso que ela [igreja evangélica] se incomodou mesmo, porque ela precisava de ganhar espaço. E eu creio que é uma maneira de ganhar espaço [...] é você ir lá e fazer alguma coisa na sociedade. Havia uma timidez muito grande no meio dos evangélicos. Nós não éramos bem visto alguns anos atrás. Mas, graças a Deus, isto tem mudado. (N)

O papel dela [igreja] é atingir todas as áreas dos serviços sociais. Mas, nós vamos ver no dia-a-dia que os órgãos governamentais eles não conseguem atender, principalmente na ala mais pobre, onde há

carência maior. A fome é uma coisa tão notória, que a igreja procura de maneira bem limitada, ela procura entrar nestes lugares e dar atendimento pelo menos básico, mínimo que seja. (M)

Outrossim, há que se salientar que muitos de seus fiéis também são excluídos dos bens e serviços da comunidade: muitos vivem em pequenas casas que não conseguem abrigar todos os membros, e não têm o alimento suficiente para matar a fome de todos, nem os remédios necessários. Trata-se de situações enfrentadas cotidianamente, as quais exigem das igrejas uma atenção que vai além de orações, já que estes vão à igreja em busca de solução para seus problemas cotidianos:

[...] A grande preocupação é a questão do emprego...as pessoas vêm conversar, pedir oração, fazer campanha de oração para conseguir emprego...porque quando a família não tem emprego, isto abala totalmente, se não puder manter a sua família, como é que vai ser? A questão da drogadição também é uma questão grave, já vi pessoas virem procurar aconselhamento [...] (A)

O crescimento, a partir da década de 1970, do número de homens e mulheres evangélicas, principalmente ligadas às igrejas pentecostais, repercute em todos os setores da sociedade, haja vista que seus valores religiosos e concepção de mundo diferem-se substancialmente dos valores e concepção de mundo da Igreja Católica. Não devemos esquecer-nos de que a cultura brasileira foi se construindo, desde seu descobrimento, a partir das idéias dessa instituição religiosa. Como bem salientou Sanchis (1994, p.36), *é imprescindível um Brasil que não se defina, entre outros traços, pelo catolicismo*. Portanto, sua presença deixou marcas em todas as esferas da sociedade.

Se nos detivermos na área sócio-assistencial, (o que nos interessa nesse momento), observamos sua presença na fundação e gestão de instituições assistenciais e na existência de dezenas de grupos de voluntários católicos. Estes, impelidos pela concepção cristã de caridade, praticam uma ajuda assistencial baseada na idéia do amor fraterno aos

pobres, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e mentais. Essa assistência, segundo afirmam, não visa a interesses pessoais ou recompensas materiais.

Como pudemos apreender, para a Igreja Católica, a caridade é difundida como um dever cristão. Tendo por premissa básica o amor ao próximo, ela é a base que levaria homens e mulheres a despertarem sentimentos e virtudes que seriam inerentes à natureza humana, como a bondade, a capacidade de perdoar, de acolher, a humildade, a aceitação mútua. No que se refere às denominações evangélicas, há uma diferença teológica quanto à compreensão e enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e pessoais, e isso ocasiona ações diferenciadas da Igreja Católica. Verificamos uma prática na qual há grande realce aos ritos, como batismos, vigílias, jejuns e orações que, conforme relatam, poderão levar, com a força da fé em Jesus Cristo, à solução de problemas familiares, à cura de doenças, do alcoolismo, das drogas, da falta de emprego, de casa para morar. Enfim, à “libertação do maligno”.

Ao longo dos últimos 30 anos, houve um aumento significativo do número de instituições assistenciais de confissão evangélica em Londrina. São instituições voltadas para o atendimento à criança, adolescente, famílias em situação de extrema pobreza, idosos, dependentes químicos. Esse crescimento quantitativo teve início em um período em que Londrina, pólo econômico da região norte do Paraná, sofreu as conseqüências de mudanças na política agrícola adotada no país. A cafeicultura deixou de ser a base econômica, já que o mercado internacional necessitava de novos produtos agrícolas, como a soja, o milho e o trigo, e era preciso atender a essa nova demanda.

O poder público incentivou a erradicação do café, mas não criou alternativas para fixar esta mão-de-obra disponível no campo. Como resultado dessa situação, houve o êxodo rural e o agravamento dos problemas sociais na cidade, como o crescimento do desemprego, a falta de moradias para os novos habitantes, que foram morar em favelas, o aumento

do número de crianças nas ruas e de idosos abandonados, o agravamento da violência, gerado por maior número de furtos, assaltos e homicídios (ASSARI; TUMA, 1978).

As indústrias aqui instaladas e o setor de serviços – comércio, bancos, escolas, hospitais - necessitavam de mão-de-obra, tornando Londrina um atrativo para os trabalhadores de cidades vizinhas; mas isso não foi o suficiente para evitar que muitos fossem para o setor informal ou ficassem desempregados, buscando alternativas de sobrevivência. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o desenvolvimento econômico e demográfico da cidade e região, o desemprego crescente entre os trabalhadores, a falta de moradia, de saúde e de educação tornaram-se uma preocupação entre autoridades e moradores.

Foi nesse momento que se deu o surgimento de inúmeras instituições sócio-assistenciais em Londrina, tanto por iniciativa de denominações religiosas, como de pessoas sem vínculo religioso. E as igrejas evangélicas também responderam, em alguma medida, a estas demandas. Porém, muito aquém do necessário.

Entre 1970 e 1982, eram 6 instituições assistenciais de confissão evangélica voltadas para o atendimento à criança e famílias em situação de extrema pobreza, as quais recebiam recursos da então Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Eram ligadas às igrejas Metodista, Adventista, Batista, Assembléia de Deus e Casa de Oração para todos os Povos - Ministério Sagradas Missões. Se as demais desenvolviam atividades assistenciais, não podemos afirmar, visto que nos limitamos a verificar o orçamento da Prefeitura Municipal de Londrina, no qual estava previsto o repasse de recursos para as instituições sócio-assistenciais.

Se, nas décadas de 1970 até o final dos anos 80, verificamos uma pequena presença de instituições sócio-assistenciais de confissão evangélica em Londrina, atualmente observamos uma mudança nessa situação. Acreditamos não ser por coincidência o fato de haver um aumento destas instituições em

um momento em que também cresce o número de pessoas que se declaram evangélicas. O censo demográfico de 2000 revelou que os membros das Igrejas Evangélicas totalizavam 26.184.941, e as Igrejas Evangélicas de Missão registraram 6.939.765 de fiéis e as Igrejas Evangélicas Pentecostais totalizaram 17.617.307 de fiéis (IBGE, 2000). Esses números representavam cerca de 15,4% do total da população brasileira, que era de 169.872.856 habitantes no período.

O “chamado” da igreja tem levado muitos fiéis a se sensibilizarem com a situação em que se encontram homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Esse apelo fá-los contribuir para minorar estes problemas, seja por meio da participação em campanhas que promovam ajuda à população mais carente, seja pela criação de instituições sócio-assistenciais.

Nesse sentido, em suas atividades, essas instituições deveriam pautar-se pelo princípio do direito. No entanto, no decorrer de todos esses anos, tanto a consolidação da assistência social como política pública tem sido dificultada pelo sucateamento de verbas governamentais destinadas a esse fim, como as instituições têm apresentado dificuldades de adaptar-se à nova legislação.

Em debates ocorridos nas reuniões do CMAS, no ano de 2003, observamos, em algumas ocasiões, a dificuldade e resistência daqueles que são membros das igrejas pentecostais em apreender a política de assistência social enquanto um direito social garantido pela Constituição de 1988. Era usual ouvirmos dos pastores-dirigentes de instituições voltadas para atendimento a usuários de drogas, a afirmação de que *basta a oração para libertação das drogas*, bem como verificarmos uma forte resistência em aceitar as determinações do CMAS para contratar técnicos qualificados para o atendimento.

Nas entrevistas com os diretores das instituições, verificamos que são pessoas que, movidas pelo amor e pela convicção de serem “chamadas” para o trabalho junto à população carente, envolvem-se e

agem, em muitos casos, intuitivamente, buscando conhecimentos sobre como desenvolver o trabalho social a que se propõem, da melhor maneira possível. Suas atividades são movidas pela idéia de ajuda, a qual se fundamenta no amor fraterno ao próximo e se expressa na experiência da solidariedade em relação ao outro que se encontra em situação que lhe impossibilita garantir sua condição mínima de sobrevivência:

[...] Todas as igrejas, evangélicas e católicas. A gente faz parte da rede de assistência. Então, a gente sempre se reúne com as instituições evangélicas, católicas. As igrejas são as que se preocupam mais com a criança, com o problema da violência, do que o próprio poder público (R).

No entanto, observamos que ocorre o estabelecimento de uma relação vertical e de favores, na qual os propósitos altruístas são suplantados pelos valores morais e éticos do crente-fiel, que tem por intenção enquadrar esta população em sua concepção de mundo.

Para criar uma relação horizontal, minimamente igualitária, seria necessária a defesa dos direitos individuais e coletivos. Entretanto, esse fato exigiria o questionamento e a superação de seus próprios valores morais e cristãos, já que haveria uma nova compreensão da realidade social em que vivem, possibilitando elaborar novos valores morais e espirituais. Mas, seria interesse deles a própria mobilização e a superação de seu senso comum?

A gestão das instituições sócio-assistenciais de confissão evangélica

As organizações de confissão evangélica, vinculadas ou não a denominações religiosas, atuam no campo da ação social e buscam realizar serviços, projetos e programas de atendimento sócio-

assistencial a diferentes segmentos, e a sua inserção tem sido crescente no decorrer dos últimos anos. Prevaecem organizações voltadas para atendimentos nas áreas de assistência social, saúde e educação, priorizando crianças de 0 a 6 anos, drogadição, idosos e famílias em situação de pobreza.

Em pesquisa realizada no decorrer de 2002 pelo Serviço de Evangelização para a América Latina (SEPAL), ficou evidenciado que, de 152 igrejas cujos líderes foram entrevistadas na cidade de Londrina, 83% afirmaram que desenvolviam ou estavam envolvidas em algum projeto social. Predominavam atividades assistenciais de distribuição de cestas básicas a famílias carentes e atendimento na área da educação infantil (creches e pré-escolas). Naquele ano, existiam na cidade de Londrina, 73 instituições de Educação Infantil voltadas para atendimento a crianças em situação de risco pessoal e social, das quais 11 eram governamentais e 62 não governamentais (terceiro setor). Dessas, 15 (24%) eram de confissão evangélica, estando vinculadas, direta ou indiretamente, a uma igreja. Em seguida, vem a atuação na área da dependência química, indicando que das 11 instituições existentes, em 2002, 06 (54%) eram de orientação evangélica.

O fortalecimento de organizações do Terceiro Setor³, o acirramento da questão social e o despertar das igrejas para uma atuação contextualizada (tendo em vista o suprimento de necessidades sociais, além das espirituais) e o alcance de um maior número de fiéis, podem ser indicadores explicativos desse envolvimento crescente de organizações religiosas, no caso as igrejas evangélicas, em atividades de cunho sócio-assistencial.

No universo dessas organizações, existem aquelas que fazem parte da história de Londrina, porque foram constituídas ainda no início da colonização da região. Outras, por sua vez, surgiram ao longo do processo

³ Instituições (associações ou fundações privadas) *não governamentais*, que expressam a *sociedade civil organizada*, com participação de *voluntários*, para atendimentos de *interesse público* em diferentes *áreas e segmentos*, avançando da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação *profissional e técnica*, na qual os usuários são *sujeitos de direitos*, tendo em vista o alcance de um trabalho de *qualidade social*.

de desenvolvimento da cidade, marcado não apenas pelo crescimento econômico e desenvolvimento regional, mas também pelas condições de miséria e pobreza decorrentes do processo de urbanização. Já, ao passo que outras são muito recentes. Mesmo que tenham surgido em diferentes momentos históricos do Município e estejam vinculadas a diferentes denominações evangélicas, essas organizações atuam predominantemente nas áreas da assistência social, saúde e educação.

Porém, ao longo dos últimos 30 anos houve um aumento significativo do número de instituições assistenciais de confissão evangélica. Todavia, esse crescimento não logra as limitações de um serviço assistencialista, para caminhar em direção a um profissionalismo e técnica do trabalho social realizado, primando pela qualidade social do atendimento. Por que esta situação ocorre? O que pode ser feito para superá-lo?

A gestão institucional passou a ser objeto de estudos e investigações na busca de novos modelos para o gerenciamento de instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuam em atividades de interesse público. Tem-se observado e apreendido que, cada vez mais, há a necessidade de serem gerenciadas de forma técnica e profissional, com ênfase na participação de todos os atores sociais envolvidos: trata-se da gestão participativa.

A ênfase nesse modelo democrático de gestão tem sido uma tendência mundial, e Kliksberg (1997) afirma que o contexto contemporâneo de atuação da gerência institucional é absolutamente diferente em face das décadas anteriores. A predominância é, cada vez mais, da complexidade, da instabilidade e da incerteza. E, nesse momento histórico de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas configuradas mundialmente, a gestão institucional ganhou importância relevante em todos os setores; mas, de forma significativa no contexto das instituições que atuam no Terceiro Setor.

A tradicional estrutura centralizadora das instituições da sociedade civil, implantadas com um

perfil extremamente hierárquico, está vivendo momento de ruptura e de busca de novos modelos gerenciais, já caracterizados pela legislação social brasileira (participação, descentralização, parceria, horizontalidade, etc.). No entanto, “a grande realidade é que não sabemos como gerir estas novas áreas, pois os instrumentos de gestão correspondentes ainda estão engatinhando.” (DOWBOR, 1999, p.36).

O grande desafio em matéria de reforma do setor social é superar as limitações do perfil atual, caracterizado pela existência de organizações isoladas, pouco flexíveis, centralizadoras, hostis à participação real e desprovidas de carreiras gerenciais orgânicas, e de gerentes especializados na questão social. (KLIKSBERG, 1997).

No âmbito das instituições do terceiro setor, historicamente imperou o modelo assistencialista, de atendimento às necessidades básicas e pontuais de alimentação, abrigo, distribuição de remédios e de vestuários, etc. Gerenciadas por um grupo de voluntários, organizados juridicamente em sua maioria sob a forma de associação, e administradas internamente por uma pessoa de confiança do grupo diretor, essas instituições atravessaram anos e décadas. Segundo Camargo et al. (2001, p.35) associação é a congregação de certo número de pessoas que expõe em comum conhecimentos e serviços voltados a um mesmo ideal e movidos por um mesmo objetivo, com capital ou sem, mas jamais com intuito lucrativo. Romper com esse modelo tradicional de organização e funcionamento significa superá-lo, instituindo estruturas mais flexíveis, dinâmicas e participativas, capacitadas administrativa e tecnicamente, de modo a responder às necessidades e exigências que têm sido colocadas a essas instituições. Gerenciá-las a partir dessa perspectiva, significa pensar a instituição como capaz de contribuir autenticamente com o processo de promoção social de famílias que, não raras vezes, contam com aquela organização como o único recurso social a que realmente têm acesso.

Segundo Costa (2004), gerenciar organizações do terceiro setor não é tarefa que se esgota no ativismo

diário e na luta solitária pela sobrevivência institucional. Significa:

- a) Compreender que as instituições sócio-assistenciais não-governamentais têm uma função social mais ampla no atual conjuntura brasileira.
- b) Transcender a perspectiva assistencialista em direção a uma ação de real promoção e desenvolvimento social, de modo que seja dado superar a exclusão social.
- c) Conhecer e cumprir as diretrizes preconizadas pelo ordenamento legal.
- d) Não esquecer que cabe ao Estado o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da questão social.

Porém, o gerenciamento da maioria dessas organizações ainda está atrelado às formas tradicionais; a gestão ainda é centralizada e exercida por pessoas não-especializadas; a preocupação com a sustentabilidade financeira é predominante entre os gestores. Além disso, não há a percepção de que a gestão implica a visão da totalidade institucional em que a participação e o plano gestor ocupam papéis estratégicos.

Essa situação impede a existência de projetos setoriais que propiciem a formação continuada dos recursos humanos envolvidos em todos os setores; forneçam atendimento de qualidade social às famílias; gerem captação de recursos a partir de uma perspectiva de investimento social e não de caridade e filantropia; e possibilitem a avaliação contínua do trabalho realizado.

Esse quadro analisado por Costa (2004) não é diferente no contexto das organizações sócio-assistenciais evangélicas, posto que elas compõem o denominado terceiro setor. A boa vontade, o sentimento de solidariedade e a disposição de servir, movem em grande parte, as ações daqueles que estão nas instituições. Contudo, é preciso mais do que isso: contratar profissionais qualificados, elaborar um plano de ação, definir critérios de atendimento.

Perfil das instituições sócio-assistenciais de Londrina

A fim de realizar uma análise investigativa das ações assistenciais promovidas pelas igrejas evangélicas de Londrina, decidimos por conhecer as instituições que atuam no município, nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação, com as seguintes características: de confissão evangélica; sem fins econômicos; organizadas jurídica e administrativamente; com participação de voluntários; atuantes em causas de interesse público.

Estabelecemos como fontes iniciais de busca as instituições cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Municipal Anti-drogas. Nesses cadastros, concentra-se o maior e mais significativo número de instituições dessa natureza, não apenas de confissão evangélica, mas que compõem o universo do terceiro setor, atuantes nas três áreas já apontadas.

Com os dados fornecidos por esses Conselhos e respectivas Secretarias Municipais, chegamos a um total de 138 instituições que atuam no município, compondo a rede sócio-assistencial do terceiro setor. Essas são mantenedoras e executoras de 169 serviços que se dividem, basicamente, em educação infantil, apoio sócio-educativo, ensino profissional, abrigo a crianças e adolescentes, abrigo a idosos, defesa de direitos e enfrentamento à pobreza.

Dentre as 138 mantenedoras, 21 (15.2%) são de confissão evangélica, ligadas diretamente ou não, a uma denominação religiosa. São executoras de 31 serviços, total equivalente a 18.3% dos serviços executados pelas instituições não-governamentais que atuam no município nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde.

Portanto, o universo da pesquisa limitou-se a 21 instituições mantenedoras de 31 serviços e programas. Mas, por dificuldades inerentes à pesquisa de cunho qualitativo, entrevistamos diretores de 12 instituições mantenedoras foram entrevistadas

(8.7% do total das instituições mapeadas e 57% do total que são de confissão evangélica). Esse número corresponde a 21 serviços e programas (12.4% do total e 67.7% das que se declaram de confissão evangélica).

Nesse sentido, a pesquisa abrangeu um número significativo de instituições evangélicas, assim divididas:

- 11 (52%) centros de educação infantil – 0 a 6 anos;
- 04 (19%) casas-abrigo para crianças e adolescentes;
- 02 (9,5%) de apoio sócio-educativo – 7 a 14 anos;
- 01 (4,8%) abrigo para idoso;
- 01 (4.8%) comunidade terapêutica – dependência química;
- 01 (4.8%) para atendimento a crianças com lesão cerebral;
- 01 (4.8%) de proteção à criança vítima de exploração sexual – Projeto Sentinela.

Dentre as 12 instituições mantenedoras pesquisadas, 03 (25%) desenvolvem mais de um serviço e programas. A primeira delas divide suas ações em dois programas, sendo um voltado para o apoio sócio-educativo e o outro para o atendimento em comunidade terapêutica, dependência química, instalados em diferentes regiões da cidade. A segunda também atende por meio de dois programas, sendo um centro de educação infantil e o outro programa de apoio sócio-educativo. E a terceira instituição desenvolve seis programas, localizados em diferentes endereços, divididos em três casas-abrigo, dois centros de educação infantil e o projeto sentinela.

De origem pentecostal, foram identificados 03 (25%) das 12 mantenedoras, com realce para a que desenvolve seis diferentes serviços e programas.

Dentre as instituições pesquisadas, prevalecem aquelas que foram fundadas há menos de 30 anos. Apenas uma foi fundada em 1966, no período em que Londrina recebeu grandes levas de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos provenientes do

campo e cidades vizinhas. Quanto aos serviços que prestam, 60% declararam estar voltadas para a atenção em educação infantil e sócio-educativo, ou seja, atendimento a criança de 0 a 12 anos. Não por mera coincidência, mas sim por ser o segmento que apresenta maior predominância nos bairros e conjuntos e que precisam de atenção integral, visto que seus responsáveis precisam trabalhar e, na maioria das vezes, não têm com quem deixá-los.

Todas possuem certificado de utilidade pública, com exceção daquelas fundadas há menos de um ano. Tal certificado lhes garante isenção de impostos. Também possuem cadastros nos Conselhos Municipais, o que significa que atendem minimamente as exigências das leis que regem os direitos sociais, como a educação e assistência social, garantindo-lhes, assim, o acesso aos recursos públicos, novamente destacando que aquelas fundadas há menos de um ano não possuem registro em Conselhos.

Todas afirmaram possuir coordenação administrativa, mas pudemos observar que a mesma, em grande maioria, está centralizada nas mãos do presidente da instituição que, em alguns casos é o pastor da igreja a que a instituição está vinculada. Aliás, em vários casos ficou evidenciado que várias outras atividades são desenvolvidas por pessoas que respondem pela coordenação administrativa, muitas delas sem formação profissional para isso. Quanto à coordenação técnica, que seria a responsável pela elaboração, execução e gerenciamento dos projetos sociais realizados junto à população usuária, 60% das instituições afirmaram não possuir um profissional habilitado para este fim, sendo o próprio coordenador administrativo quem desenvolve essa ação. Esse fato evidencia o quanto as instituições necessitam caminhar para que haja maior profissionalismo em suas atividades.

A ausência de uma coordenação técnica resulta no fato de que apenas 30% das instituições possuem um plano de gestão, já que é por meio deste plano que as instituições explicitam sua visão, missão e princípios de trabalho, levantam os principais

problemas e dificuldades existentes e que necessitam ser enfrentados, determinam os objetivos e as metas a serem alcançadas para a superação das dificuldades vivenciadas e definem os projetos sociais a serem colocados em prática. Se esse plano não é elaborado de forma participativa, as pessoas que lá trabalham podem ser movidas pela vontade de servir, mas realizam uma prática que, muitas vezes, cai no ativismo, caracterizado por muitas ações, mas poucos resultados.

Verificamos, por exemplo, que os centros de educação infantil, que atendem crianças de 0 a 6 anos de idade, possuem apenas o projeto pedagógico, que define as ações pedagógicas voltadas para os alunos.

Esses projetos são muito importantes e constituem-se em uma exigência da Secretaria Municipal de Educação, mas não é um plano de gestão.

O plano de gestão parte da visão da totalidade institucional. A instituição é pensada integralmente e é desafiada a refletir acerca do seu papel no contexto histórico e social onde está inserida para, então, serem definidos os diferentes projetos sociais que deverão ser executados. A ação planejada diferencia-se da ação improvisada. Aquela é caracterizada pela reflexão, decisão e revisão; esta, pelo ativismo.

Quanto à participação em instâncias comunitárias, apenas os centros de educação infantil têm uma forma mais organizada de integração por meio da Associação das Entidades Filantrópicas de Londrina (AFEL), antigo Fórum das Creches. Porém, a grande maioria não participa de Conselhos ligados aos segmentos atendidos, e isso demonstra que as instituições atuam de forma isolada, e não dividem suas experiências e dificuldades com as demais instituições.

No que se refere à média de gastos das instituições, nossas suspeitas foram confirmadas: a receita não cobre os gastos mensais, exigindo das instituições verdadeiros “malabarismos”, como a realização de promoções, “pizzadas”, jantares, rifas e outras atividades para arrecadar recursos financeiros, tendo em vista que o que o poder público municipal repassa está aquém das necessidades das

instituições. Nenhuma instituição recebe recurso do poder público estadual e 50% recebem da União, para projetos assistenciais coordenados pelo governo federal. Todas declararam receber doações de pessoas físicas, bem como gêneros alimentícios e roupas, de forma mensal ou eventual. Novamente registramos que as pessoas, de modo geral, se solidarizam com a situação de carência da população, contribuindo de alguma forma para minorar esta situação.

Poucas instituições sócio-assistenciais mantêm parcerias com empresas, recebendo gêneros e recursos financeiros. Todas declararam que recebem ajuda das respectivas igrejas, seja em roupas, alimentos ou dinheiro. Quanto aos organismos internacionais, apenas 30% declararam receber algum recurso financeiro, proveniente, em geral, de igrejas de países do Primeiro Mundo.

Quanto aos motivos que levaram à fundação das instituições, chama-nos a atenção que ela, em grande número, deu-se por iniciativa de uma pessoa, e não da Igreja à qual estava vinculada. Sensibilizada pela condição de extrema pobreza material da população, decidiu por criar uma instituição de atenção aos problemas que se apresentavam ao seu redor. Apenas uma instituição surgiu por iniciativa de um grupo de pessoas. As denominações eram diversas, havendo predominância das Igrejas Presbiteriana do Brasil e Presbiteriana Independente.

Atualmente, 50% das igrejas às quais as instituições estão vinculadas, contribuem com a manutenção da instituição. As demais não mantêm vínculo formal, isto é, as igrejas não repassam de forma sistemática, recursos para sua manutenção.

No que se refere a parcerias com outras instituições do mesmo segmento, também há uma divisão equitativa: 50% afirmam que mantêm esse contato e parceria, enquanto as demais não, o que provoca um certo isolamento da instituição, não facilitando o crescimento, a troca de experiências e o mais importante, o fortalecimento político das organizações sócio-assistenciais do município.

Dessa forma, problemas que muitas vezes são comuns a essas instituições, cujas respostas poderiam ser encontradas em conjunto, acabam sendo resolvidos, quando o são, com dificuldades e isoladamente. Além disso, haveria a possibilidade de trocar idéias, experiências, encontrando soluções que melhor atendessem às necessidades da população usuária.

Houve uma quase unanimidade quanto à avaliação da parceria da instituição com a política pública do setor, ou seja, há uma precariedade. Cerca de 80% declararam que as principais dificuldades concentram-se no repasse de recurso financeiro. Aqueles que consideraram a sua situação satisfatória, afirmam que há uma assessoria por parte do poder público, possibilitando à instituição implementar com maior eficácia a política do setor.

Quanto aos avanços apontados, estes se deram principalmente na qualificação de seus funcionários, no reconhecimento da comunidade, na reforma e adequação do espaço físico, como determina a lei. Verificamos que as instituições vêm procurando adequar-se às exigências da lei, e, mais do que isto, procuram implantar um serviço de qualidade à população carente de bens e serviços. No entanto, as dificuldades ainda são inúmeras.

Se ela [igreja] não atender esta área que está sendo desprezada, ignorada, esquecida ou coisa semelhante, como elas conseguirão sobreviver? A fome é uma coisa tão notória que a igreja procura de maneira bem limitada, ela procura entrar nestes lugares e dar atendimento pelo menos básico, míniomo que seja. (M)

A partir de 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, a assistência social foi estabelecida como política pública, tendo direito a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. O Estado deve assumir a responsabilidade pelo trato das seqüelas da questão social, com a formulação de uma política pública para o setor e a criação dos Conselhos de Assistência social, *instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social* e que tem por objetivo aprovar

a política municipal de assistência social, entre outros (BRASIL, 1993).

Contudo, ainda está distante o enquadramento das instituições, no caso específico das instituições de confissão evangélica, nas determinações da Lei Orgânica da Assistência Social. Verificamos que, nos discursos dos diretores entrevistados, ainda está presente a idéia de que por meio da conversão individual (quando se dá a aceitação e a “entrega” a Jesus Cristo) o crente terá forças e coragem para suprimir e exterminar todo o mal que há em seu íntimo, expurgando assim, os problemas decorrentes do mal, como a falta de saúde, de dinheiro, de emprego. Conforme nos disse a coordenadora de uma instituição voltada para crianças e adolescentes:

[a instituição] foi criada com o objetivo principal de evangelizar as crianças. Um termo que a gente usa muito na cultura evangélica, digamos assim. É um tratamento, um ministério integral. Preocupado com o corpo e com a alma das pessoas. A gente tanto evangeliza, quanto atende, cuida do corpo, da roupa, ensina o ser humano como um todo. (C)

A evangelização e a conseqüente conversão individual, possibilitaria a superação dos problemas que afligiriam o corpo do neoconverso. Ao buscar a cura do corpo, a alma também seria curada.

Considerações finais

Como podemos apreender do exposto, o crescimento das igrejas evangélicas, principalmente pentecostais, tem levado a mudanças lentas e irreversíveis em diferentes setores da sociedade. No que se refere às práticas sócio-assistenciais, antes espaço privilegiado da Igreja Católica, essas mudanças poderão repercutir, a médio prazo, na execução da política de assistência social, cujo princípio pauta-se no direito social, já para as instituições religiosas, a prática pauta-se na concepção da cura do corpo e da alma.

Essa concepção é reforçada pelo fato de a assistência, ao longo da história, não apresentar um caráter sistemático e contínuo para melhoria das

condições de vida daqueles que vivem na miséria, mas um caráter assistencialista, baseado em uma ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista. Essa ajuda é exercida por voluntários, instituições religiosas e, em momentos de grave crise econômica ou institucional, pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, já que caberia aos pobres aceitar a ajuda emergencial e procurar, por seus esforços, melhorar suas condições de sobrevivência.

Na maioria das vezes, o trabalho pautado nos princípios religiosos não tem por objetivo a superação das precárias condições sócio-econômica dos indivíduos, mas apenas a atenção a uma situação emergencial. Não ocorre, por exemplo, o fomento à organização de atividades das famílias ou indivíduos em cooperativas ou associações, por meio das quais se possibilite a qualificação mínima de homens, mulheres, adolescentes ou a formação de grupos de debates para busca de soluções para a comunidade.

A década de 1990 trouxe uma nova perspectiva para a assistência social, que passou a figurar como política pública. O Estado passou a constituir-se como o grande responsável pelo enfrentamento à pobreza e os usuários como cidadãos de direito, não sendo mais objeto da caridade de voluntários da sociedade civil. Mas a consolidação de um novo modelo para a política de assistência social depende da superação de antigas práticas e concepções, depende de como os prestadores de serviços e seus usuários consideram a assistência.

Cabe verificar, a esse respeito, se os usuários e os prestadores de serviço consideram a assistência um direito, de modo que a prática caritativa se associe ao movimento da sociedade atual na busca e garantia dos direitos individuais e coletivos.

Por este motivo, avaliamos que é importante e necessário desmistificar a idéia, largamente difundida em nossa sociedade, de que assistência à população carente de bens e serviços deve pautar-se na concepção de caridade, a qual, inadvertidamente ou deliberadamente, é utilizada por diferentes atores sociais, subordinados ou não a uma instituição religiosa.

Referências

- ASSARI, A. Y.; TUMA, M. M. *Aspectos históricos, físicos e institucionais de Londrina*. Londrina: Secretaria Municipal de Educação, dez. 1978.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1995. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Lei n.8742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1993.
- CAMARGO, M. F.; SUSUKI, F. M.; SAKIMA, R. Y.; GHOBRI, A. N. *Gestão do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.
- COSTA, S. F. *O desafio da construção de uma gestão atualizada e contextualizada na educação infantil: um estudo junto às creches e pré-escolas não governamentais que atuam na esfera da assistência social, no município de Londrina-Pr*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. Gestão de pessoas no terceiro setor. *Revista Integração* (eletrônica), São Paulo, n.32, nov. 2003.
- _____. A ação social da Igreja Evangélica em Londrina. In: MUZZIO, R. (Org.). *A revolução silenciosa: transformando cidades pela implantação de igrejas saudáveis*. São Paulo: Sepal, 2004. p.123-142.
- DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). *Gestão social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC, 1999. p.31-42.
- FERNANDES, R. C. *Privado, porém público: O terceiro setor na América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- FUNDAÇÃO REVIVER REFÚGIO. Vida verdadeira. *Revista IDE*, São Paulo, n.1, p.41-46, dez.1999.
- KLIKSBERG, B. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: FUNDAP, 1997.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Brasiliense: Estudos CEBRAP, 1981.
- SANCHIS, P. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, A.; MARIZ, C. L.; SARTI, I. *Nem anjos nem demônios*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.34-63.

